

FREIRE, Paulo. “Prefácio”. In: GADOTTI, Moacir. *A Educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 15-19.

Prefácio

Ideologia e educação

*Reflexões sobre a não neutralidade da educação*

Meu caro Moacir,

Gostaria de, em primeiro lugar, sublinhar a satisfação que a leitura de seu trabalho me provocou. Satisfação que me acompanhou página por página, mesmo quando, às vezes, não estivesse totalmente de acordo com uma ou outra análise, com uma ou outra afirmação.

A primeira impressão forte que a leitura de sua tese me deu, nas suas páginas iniciais, impressão que se foi tornando, ao longo da leitura, uma convicção, é a de que sua tese é, sobretudo, o relatório de uma inquieta busca, permanente busca em que você se encontra e a que lhe seria demasiado difícil renunciar. Talvez, por isso, é que se sintam em seu trabalho a presença constante do homem que o escreveu e do concreto sobre o que falou.

Sua tese tem nada que ver com certos livros – e quantos! - cujos autores, trombetando o respeito à objetividade, pretendem realizar o impossível: negar sua subjetividade. Como se não estivessem ambas em dialética relação. Como se o mundo fosse um enorme laboratório de anatomia e a realidade um cadáver que o analista fosse dissecando, peça por peça, de máscara e de luvas. Como se objetividade da ciência, o rigor científico, o respeito pela verdade da realidade fossem sinônimos de neutralidade; como se o investigador não fizesse parte, também, da realidade que analisa. Como se sua prática científica se explicasse por si mesma e não, como toda prática, pelas finalidades que a motivam.

E porque você critica e rechaça essa neutralidade impossível é que se dá à busca comprometidamente, de maneira radical, jamais sectária, por isso mesmo aberto ao diálogo e não inclinado à polêmica. Ao diálogo, inclusive, sobre certos temas considerados polêmicos. E é a realidade, característica de toda posição crítica e não ingênua ou “irracional”, que constitui um dos aspectos altamente positivos de seu trabalho. Se, de um lado, o homem ou a mulher radical não se pretende possuidor da verdade, de outro, recusa concessões amaciadoras no processo de sua busca. É que, no momento em que se acomode astutamente, em que quede silencioso ou silenciosa quando devia dizer a palavra, em que cruze os braços quando devia agir, capitula antes de lutar.

Como um educador que jamais acreditou no mito da neutralidade da educação, convencido

de que toda neutralidade afirmada é sempre uma opção escondida é que li sua tese, assumindo, na sua leitura, a sua radicalidade e a sua veemência na crítica a esse mito.

Como um educador que toma o ato educativo como um ato político, minha preocupação fundamental, diante de sua tese, procurando nela adentrar-me, foi, em primeiro lugar, perceber como você percebia este ato e como nele se experimentava. Esta era para mim a questão de fundo. Por isso é que por ela comecei esta conversa com você. Conversa em que lhe digo também como um homem de geração que precede à sua e de uma região – a do nordeste do Brasil, que não é a sua, – da importância de seu trabalho para o Brasil.

A denúncia que você faz da mitificação da chamada Educação Permanente, que não surge por acaso nem por obra voluntarista de educadores, mas como resposta necessária a certos problemas das sociedades capitalistas avançadas, cuja permanência a educação chamada permanente pretende ajudar, em que pese sua proclamação de neutralidade, é indiscutivelmente atual para o Brasil.

Gostaria de alongar nosso diálogo nesta manhã propondo algumas reflexões que me surgiram ao longo da leitura de sua tese. A primeira delas seria em torno da necessidade de resgatar o caráter permanente da educação como que fazer estritamente humano. Na verdade, faz parte da essência do ser da educação a permanência. O adjetivo “permanente” juntado a ela é só uma redundância, mas o que é pior, uma distorção. A educação é permanente, I – na medida mesma em que os seres humanos, enquanto seres históricos, e com o mundo, são seres inacabados e conscientes de seu inacabamento, II – na medida em que se movem numa realidade igualmente inacabada. Numa realidade contraditória e dinâmica, realidade que não é, pois que para ser tem de estar sendo. Este caráter permanente da educação não tem nada que ver, porém, com a chamada Educação Permanente que você lucidamente critica. O que esta educação parece vir insinuando, através do adjetivo “permanente” com o qual conota o substantivo “educação” é a redução de toda educação a ela, isto é, à Educação Permanente. É como se seus teóricos, ou melhor, seus ideólogos, “retirando” do ser da educação a qualidade da permanência, transformando-a num adjetivo necessário, apresentando-a como a própria educação. Daí a necessidade do resgate de que antes falei. Neste sentido, a análise crítica feita por você em torno da não neutralidade da educação chamada “permanente” é uma análise da educação mesma.

Gostaria ainda de sublinhar a coincidência de haver começado a leitura de tua tese em Luanda, capital da Angola e de haver continuado essa leitura em São Tomé. Eu me defrontava com um texto, com um discurso que critica e analisa a Educação Permanente, numa sociedade dramaticamente em transição e que se empenha na superação necessária de sua herança colonial, do que significou a pedagogia do colonizador, para a constituição de sua nova educação, que

corresponde aos interesses novos da nova sociedade em formação. Estas sociedades necessitam da educação “em permanência”, mas não da educação “permanente” em primeiro lugar. Daí também agora dizer a você da importância da sua tese para estas sociedades também. O que não significa que as vanguardas destes países aceitem todas as análises que estão aqui. Mas o chamamento à atenção para o perigo da invasão cultural, o perigo da infiltração da ideologia veiculada através da chamada Educação Permanente, é fundamental para a Angola, para Moçambique, para São Tomé, para a Guiné, para Cabo Verde, engajados atualmente na busca da sua própria educação.

Uma outra reflexão que implica numa indagação que lhe faço, diz respeito ao próprio título da tese: *A educação contra a Educação*. O receio que me assalta, ao nível em que me acho na compreensão da educação (daí a necessidade de um esclarecimento que talvez me mova de onde estou) é que, ao considerar uma certa educação como anti-educação você, necessariamente caia na perfilização a priori de um modelo de educação que seria a educação. Ou você pretende, com isso, afirmar a necessária ambiguidade e dialeticidade da educação? De minha parte tenho preferido discutir a educação como prática da domesticação e a educação como prática ou façanha da liberdade. Enquanto nesta o desenvolvimento da consciência das coisas e dos fatos que o rodeiam, naquela se apresenta ao educando a realidade como um *dado aí*, feito e acabado. Na educação como façanha da liberdade, ser consciente não é uma fórmula ou um “slogan”, mas a forma de estar sendo dos seres humanos, enquanto seres que não apenas conhecem mas sabem que conhecem.

Na linha destas considerações, citarei um trecho seu, na página 126, permitindo-me um comentário: “*pensar* é uma coisa que a consciência tecnocrática não pode permitir-se e nem permitir a outros. É preciso *agir* e agir depressa. Para isso é preciso evitar toda discussão “inútil”. É por isso que a discussão sobre os fins do trabalho humano e sobre a condição humana aí está ausente.”

A discussão sobre os fins do trabalho humano e sobre a condição humana inexistente para o tecnocrata não tanto porque pensar para ele, em lugar de agir e agir depressa, seja “inútil”. Aí está a camuflagem ideológica em que ele se esconde, a manha da consciência com que se defende. Na verdade, pensar o processo de trabalho é vetado porque é perigoso. E não há como se esperar de uma educação, com ou sem adjetivos, a serviço da preservação do modo de produção capitalista, que tome como objeto de reflexão crítica o processo produtivo. Uma tal análise terminaria por desvelar a razão de ser da alienação do trabalho, de sua degradação. Por isso mesmo é que a ênfase exclusiva deve ser dada não à formação integral e política do trabalhador, mas a seu treinamento em destrezas cada vez em menor tempo. Daí a ideológica “desideologização” e despolitização da Educação Permanente que você desvela e desnuda em seu estudo.

Em recente e excelente livro, *Labor and Monopoly Capital – The degradation of work in the*

*Twentieth Century*, diz Harry Braverman: “Quanto mais a ciência é incorporada ao processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais a máquina se torna um produto intelectual sofisticado, tanto menos controle e compreensão da máquina o trabalhador tem. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador necessita de conhecer no sentido de permanecer um ser humano no trabalho, tanto menos ele ou ela sabe.”

Apenas em alguns pontos mais, entre os muitos que sua tese suscita, gostaria de tocar. Um deles diz respeito às relações entre educação e produção. Relações necessárias e fundamentais. A maneira, porém, como essas relações se dão depende das finalidades e objetivos políticos de quem detém o poder.

Uma sociedade que aspira a tornar-se uma sociedade de trabalhadores, com a superação das dicotomias básicas que conhecemos, a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual (prática e teoria) a dicotomia entre ensinar e aprender, finalmente, a dicotomia entre conhecer o conhecimento existente e criar o novo conhecimento tem de ter necessariamente no trabalho produtivo a fonte do conhecimento. De tal forma que, em certo momento, já não se estuda para trabalhar já não se trabalha para estudar porque se estuda ao trabalhar.

São esses os pontos sobre os quais gostaria de dialogar com você.

Paulo Freire  
Genebra, 5 de março de 1977.